

Comunicado de Imprensa

SDPA RECLAMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONCURSO DO PESSOAL DOCENTE

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) reuniu ontem com o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e com o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura, no Palácio de Santana, em Ponta Delgada, na sequência do pedido formulado por esta força sindical, tendo por objeto a proposição da alteração do diploma que aprova o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio).

No entendimento do SDPA é premente proceder à alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente por três ordens de razões fundamentais:

- I. Por virtude da inexistência de concurso interno e externo de Provimento do Pessoal Docente em 2017, 2018 e 2019 – impeditivo da mobilidade dos docentes do quadro em aproximação ao seu local de residência, e da vinculação dos docentes sucessivamente contratados a termo –, daqui decorrendo a pertinência da defesa do princípio da retoma do regime da anualidade dos processos concursais de colocação de docentes na Região Autónoma dos Açores;
- II. Pela defesa do termo da obrigatoriedade da aceitação do provimento, por parte dos docentes colocados em lugar do quadro de escola, por um período não inferior a três anos;
- III. Pela urgência da definição da limitação do número de contratações sucessivas a termo dos docentes que exercem na Região Autónoma dos Açores, em aproximação ao que está regulamentado a nível do Ministério da Educação e da Região Autónoma da Madeira, e em cumprimento do definido pela Diretiva n.º 1999/70/CE, do Conselho, de 28 de junho.

De resto, importa relevar que a abordagem destas questões (em particular das duas primeiras que são enunciadas) – passivas de serem tratadas no âmbito de uma revisão do diploma respeitante ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente – mereceu a especial atenção do PS-Açores que as assumiu como compromissos eleitorais, posteriormente vertidas no Programa do XI Governo Regional dos Açores (cf. p. 103).

Salienta esta força sindical que os assuntos abordados na reunião de ontem mereceram particular atenção por parte do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, que reconheceu mérito nos argumentos expostos pelo SDPA, a favor da alteração daquelas normas, nomeadamente: a retoma da anualidade dos processos concursais de colocação de docentes e o fim da obrigatoriedade da colocação de docentes por um período não inferior a três anos.

Consequentemente, reservamo-nos ao direito de ter legítimas expectativas de que, até ao final da presente legislatura em exercício de funções nos Açores, o Governo irá proceder à alteração do diploma relativo ao Regulamento de Concurso, no cumprimento daquilo que foram os compromissos assumidos em 2012 pelo PS-Açores e apostos no Programa do XI Governo Regional dos Açores, e em aproximação às posições há muito defendidas pelo Sindicato Democrático dos Professores dos Açores.

A Direção, aos 24-02-2016.